

DIÁLOGOS EM CONSTRUÇÃO: ESTUDO SOBRE GÊNERO NAS DITADURAS DO CONE SUL¹

*Lina Maria Brandão de ARAS**

Ler *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*, organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff fez parte do desejo de conhecer um pouco da condição feminina em sua inserção e participação política no momento em que vigoravam as diferentes ditaduras no Cone Sul. O impacto da obra motivou uma releitura de caráter mais prospectivo, quando as emoções do reencontro com Loretta Valadares, não mais nas dependências da FFCH/UFBA, mas nas páginas do livro, já haviam sido aplainados.

A poética de Geir Campos se fez presente e, ao mesmo tempo em que estruturo a resenha, saltam-me as memórias de uma militância, já muito distante, no Partido Comunista Brasileiro; são memórias e memórias femininas, assim como aquelas estudadas no livro em resenha. Os matizes ideológicos trabalhados por Cristina Scheibe Wolff, inseridos na conjuntura política, contribuíram para identificar grupos e estabelecer relações entre as denominações políticas e entender os caminhos percorridos por cada setor envolvido no combate aos regimes ditatoriais.

Para resenhar a obra citada, começamos por desfiá-la a partir de sua capa, pois ela traduz na linguagem do design muito do que encontraremos no corpo do livro. Nesse caso destaca-se, logo de início, o tom que passa do ocre ao preto e duas imagens de manifestações contra as ditaduras iluminam a capa, onde o título indica com precisão as temáticas trabalhadas por seus/suas autores/as.

O livro está organizado em uma apresentação assinada pelas organizadoras, outra parte composta de artigos/ensaios, que serão discutidos adiante, e uma

¹ Resenha da obra: PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. 296p.

* UFBA – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de História. Salvador – BH – Brasil. 40210-730 – laras@ufba.br

terceira parte em que foram registrados quatro depoimentos. Na apresentação as organizadoras narram os percursos utilizados para articular e organizar as redes de pesquisa/pesquisadores (as), o financiamento da pesquisa pelas agências de fomento no Brasil e as estratégias para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa desenvolvidos no Laboratório de Estudos de Gênero e História, da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste ponto chama a atenção que a obra advém de um evento acadêmico, que reuniu resultados de pesquisas em andamento em vários países do Cone Sul e que foram apresentados no Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, nome que foi dado também ao livro.

Ao conhecermos os/as autores/as dos artigos/ensaios já encontramos um indicativo de que se trata de uma obra que dialoga com a Sociologia, a Filosofia, a Ciência Política, a História e outras áreas do conhecimento implícitas nos discursos de seus autores(as), especialmente, a Psicologia, disciplina essa que perpassa em muitos artigos a problemática das marcas tatuadas nas memórias dos indivíduos e produzidas pelas ditaduras na sociedade. O perfil autoral também nos motiva a ampliar o olhar para outros referenciais teóricos, ao tempo em que evidencia um conhecimento engajado nas militâncias pelos direitos humanos e feministas, haja vista o vínculo da quase totalidade de seus/suas autores/as com tais grupos. Duas depoentes são pesquisadoras e as outras duas são mulheres que atuaram na luta contra a ditadura e que, após a redemocratização em seus respectivos países, assumiram a militância feminista como bandeira de luta.

Destaca-se, logo de início, como a estrutura do livro permite realizar leituras orientadas por problemáticas específicas. Em cada artigo/ensaio e nos depoimentos estão as possibilidades de lançar novas perguntas a partir das memórias dessas mulheres. A apresentação de resultados de estudos, com a utilização de fontes e uma metodologia diversificada, ajuda e estimula o desenvolvimento de pesquisas sobre as temáticas trabalhadas, ao tempo em que aponta caminhos para outros temas. Os futuros leitores encontrarão uma importante indicação de fontes que chamam a atenção para as obras publicadas por instituições que foram mobilizadas em defesa dos direitos humanos ou daqueles/as que lutaram contra a ditadura. As publicações provêm dos vários países estudados – Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile, Bolívia e Brasil, o que, de certa forma, contribui para estimular novos estudos. A bibliografia trabalhada, na quase totalidade dos textos, funciona como um fio condutor que teceu e costurou os artigos/ensaios presentes na obra e contribuiu para a coerência na apresentação de um conjunto de produções que versaram sobre as diferentes realidades sociopolíticas dos anos de 1960-1990.

O contexto histórico, muitas vezes repetido em vários artigos, foi fundamental para a compreensão das especificidades de cada ditadura: a participação política das mulheres desde os movimentos estudantis, partidos políticos e organizações de mulheres. Esse contexto histórico contribuiu, inclusive, para nos evidenciar as cooperações estabelecidas entre as ditaduras, que possibilitaram o sequestro de muitos em terras estranhas e a utilização de uma cultura de massa para propagar valores conservadores em contraponto à contracultura disseminadas através do *rock in roll* e da geração *hippie*. A forma como os/as autores/as utilizaram-se das fontes orais, seja através da realização de entrevistas ou da coleta de depoimentos publicados, ampliou a contribuição dessas pesquisadoras ao estudo das temáticas discutidas, porque possibilitou a outros/as percorrer os mesmos caminhos em busca de novas informações.

A literatura também se fez presente entre as fontes, iluminada por discussões teóricas que trazem conceitos fundantes como gênero, relações de gênero, memória, memória gendrada, maternidade, corpo, enfim, conceitos caros às discussões entabuladas ao longo do texto. Investigar para além da fria letra do texto literário foi o caminho tomado para entender as Memórias do Esquecimento de Flávio Tavares, em cujo artigo se fazem presentes memórias masculinas, tão sofridas quanto às femininas e que se constituíram em objeto de análise no ensaio de Cláudio Pereira Elmir. As memórias individuais centraram suas narrativas em temas, que permearam vários outros depoimentos, independentemente do lugar daquele que fala, do seu “eu narrador”. Podemos, em certos momentos, arriscar uma generalização em torno dos papéis e perfis femininos presentes entre as militantes estudadas. De fato, observamos no seu bojo trajetórias semelhantes de inserção nas instituições políticas **voltadas ao** combate dos governos ditatoriais no Cone Sul. O chamado apagamento também esteve presente nas discussões sobre a memória, bem como o seu caráter seletivo e o tom dado pelas depoentes aos temas escolhidos para relatar no encontro com seus/suas interlocutores/as. Os temas recorrentes foram identificados e sinalizados em cada estudo, demonstrando o caminho percorrido na elaboração do mosaico que compôs cada estudo na história do Cone Sul.

O gênero e as relações de gênero foram um tom recorrente nas páginas da obra, muitas vezes de forma implícita e outras de forma explícita. A identificação de uma ação específica para as mulheres, desenvolvidas pelos atores da repressão, dá a dimensão da vigência do patriarcado na mentalidade coletiva desses indivíduos, cujos perfis femininos foram expostos, sem pudor, ao contato com as mulheres militantes. Tal fato é indicativo de quanto a repressão é uma ação articulada e que não passou despercebida por aquelas que se encontravam oprimidas naquele momento.

Más tarde fue encaminada al 300k Batallón de Infantería No. 13 de Camino de las Instrucciones. Ella sostiene que: “La tortura tenía como objetivo recoger información mediante la destrucción física o psíquica de los presos utilizando técnicas para disuadir, convencer, crear confusión, inventar situaciones.” (SAPRIZA, 2010, p.105).

Lembrar o nome, local, momento e tipo de tortura fizeram dessas mulheres páginas vivas da história, perpetuada através de suas memórias. Memórias essas que não aparecem vitimizadas, mas inseridas em suas realidades e estudadas através dos vários tipos de memórias identificadas em cada artigo. Sejam elas memórias guerrilheiras, memórias feministas ou memórias de mulheres que foram tratadas de forma a se constituírem em fontes que são passíveis de releituras para aqueles/as interessados/as em retomar as temáticas discutidas nesta obra.

Os conceitos foram discutidos em sua pluralidade e na busca pela sua referência na sociedade, como foi o caso do estudo de Ana Alice Alcantara Costa quando expõe a trajetória do feminismo no Brasil com sua historicidade e destaca os tipos de feminismos existentes e seus vínculos no interior do país e fora dele, expondo, inclusive, as divergências internas e suas consequências dentro do próprio movimento feminista brasileiro, sem o receio de construir uma imagem de discórdia e conflito, mas como um espaço que abarca diferentes formas de pensar e de agir em torno de uma luta.

A maternidade, cuja representação maior encontra-se no movimento das “Mães da Praça de Maio”, teve lugar especial quando se tratou da gestação, da gravidez, do parto e do destino dos filhos em ambientes tão diversos como foram o cárcere e o exílio e, também, daquelas que deixaram seus filhos com seus familiares. O parto, no cárcere ou na clandestinidade, fora de um ambiente apropriado, demonstra o quanto o conceito de maternidade foi reconstruído por essas mulheres, inclusive quando seus filhos foram utilizados nas sessões de tortura diante de suas mães. A maternidade estimulou reflexões sobre os objetivos dos torturadores e direcionou decisões política lembradas por aquelas que experienciaram a tortura física e psicológica.

Os sentimentos presentes em cada momento foram explicitados nos depoimentos e nos chama a atenção para as relações de gênero no interior da família de esquerda, onde a formação do **novo homem** não implicou, necessariamente, a reconstrução de uma nova relação destes com as mulheres e entre as mulheres militantes. Neste ponto é importante destacar o registro de comportamento sexista pela militância masculina, mesmo não se constituindo um

comportamento corriqueiro, foram muitos os registros femininos que destacaram a forma discriminatória como eram tratadas pelos companheiros de partido e/ou da intimidade.

A clandestinidade foi uma experiência vivida por uma parte significativa dos/as militantes. Para as mulheres estudadas, especialmente, por Margareth Rago, quando estudou a caso de Criméia, o período vivido no silêncio e na invisibilidade representou, dentre outros sentimentos, o medo, a perda da identidade e, com isso, a necessidade de reconfigurar sua existência.

A experiência da clandestinidade impede que situações vividas possam ser compartilhadas, mesmo posteriormente e, nesse caso específico, esse período se estende por um longo tempo, como já observei desde a juventude, quando os próprios pais necessitaram refugiar-se da perseguição política, com o golpe de 1964, até as décadas seguintes. (RAGO, 2010, p.160).

Clandestinidade esta que representou, ainda, uma fase intermediária a caminho do exílio, momento esse de romper os vínculos e enfrentar o desconhecido. Nesse ponto destacam-se os casos em que representantes dos órgãos da repressão interromperam essa transição e, pelo sequestro, promoviam assassinatos e desaparecimentos.

O exílio foi outra discussão importante travada em diversos artigos. As emoções da partida, o deixar para trás uma história e buscar começar outra. O cotidiano no exílio, a articulação com outras mulheres e militantes exiladas, a fundação das organizações de mulheres e, enfim, o retorno com a anistia.

Com o retorno do exílio em razão da anistia decretada a 28 de agosto de 1979, a aliança de tais mulheres com aquelas que permaneceram no país nos anos 1970, e que construíram os feminismos locais, proporcionará a esses movimentos uma nova configuração, mantendo-se o termo “feminismo” associado a diferentes significados e representações. (SOIHET, 2010, p.222).

É interessante como as memórias registraram o retorno como um novo início, onde foram realizadas novas articulações políticas, dentro dos limites da normalidade política vigente, e encontradas outras mulheres que construíram as organizações de mulheres que recomeçaram a lutar por mais direitos, mesmo que essas ações não implicassem lutas feministas. As memórias registraram as diversas formas de inserção e participação como um artifício para demonstrar que as mulheres estavam mobilizadas mesmo em um momento crucial da história política de seus países, como foi a redemocratização.

Cabe um comentário a mais sobre a luta armada, trabalhada de forma a reduzir a áurea idílica que, por muito tempo, acompanhou as esquerdas radicais no Brasil. A experiência no Araguaia, o cotidiano e seus embates foram ilustrativos de como essa opção das esquerdas encontrou muitos entraves na sua execução e uma ditadura disposta a cortar este mal pelo pescoço, através dos assassinatos e desaparecimentos até os dias de hoje sem definição. A lembrança daqueles que tombaram emocionam o leitor diante de tamanha perplexidade, mas a inserção do tema, no contexto histórico dado, leva-nos a compreensão da sociedade daquele momento e nos alerta para o *devir*.

Embora a maior parte dos artigos que compõem esta coletânea tenha realizado a opção por uma metodologia qualitativa, salta aos olhos a possibilidade de quantificação em uma temática tão impactante, apresentada na pesquisa de Alfredo Boccia Paz, onde estão apresentados os dados sobre a violação dos direitos humanos, separados por homens e mulheres, o tipo de tortura realizada em cada um dos militantes, observadas as questões de gênero e das relações de gênero. Destaca-se, ainda, a busca pelas matrizes de pensamento e de personagens que formaram contingentes de feministas, como fez Joana Pedro ao trabalhar com as narrativas e a presença de um grande número de organizações de mulheres identificadas em seu estudo.

Os depoimentos constantes da terceira parte do livro indicam outro tipo de análise, pois eles se constituem em uma fonte a ser explorada, um novo campo de estudo a ser desbravado. Todavia, é crucial apontar que tal escolha das organizadoras é exemplar do compromisso com a pesquisa e o estímulo a novos estudos a serem desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Estudos de Gênero e História, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Com uma temática contemporânea e referencial teórico/metodológico rigoroso nos alegra conhecer as inúmeras pesquisas já realizadas sobre a segunda metade do século XX, momento considerado sombrio na História Latino-americana. Além da urgência em trazer a público as análises sobre um período chamado de recente que muitos/as insistem em esquecer, e, sobretudo, da originalidade de seu recorte de gênero com ênfase feminista, esta coletânea nos dá um excelente panorama do cotidiano das sociedades sul-americanas caracterizadas por Estados ditatoriais e autoritários e, ao mesmo tempo, se constitui em um incentivo ao desenvolvimento de novos estudos para um público leitor ávido por passar a limpo os chamados anos de chumbo.

Referências

RAGO, M. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p.156-173.

SAPRIZA, G. Memória y memórias de mujeres em el relato de La dictadura (Uruguay, 1973-1985). In: PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 94-114.

SOIHET, R. Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero. In: PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p.208-224.

